



Projeto de Resolução n.º 708/XV

Recomenda ao governo que proceda às diligências necessárias com vista à defesa da biodiversidade e proteção das zonas húmidas do Algarve

O conhecimento científico alerta-nos para as dramáticas consequências das alterações climáticas e da drástica redução da biodiversidade ao nível global que importa minimizar e reverter.

Portugal tem sido pioneiro na assunção de metas internacionais e de políticas estratégicas em matéria de transição energética, até 2030 devemos alcançar uma meta de 70% de energia de fonte renovável no consumo final bruto de energia e dispormos de 30% do território nacional, terrestre e marítimo, sobre um regime de proteção ambiental.

O Algarve, sublinhe-se, possui já no presente cerca de 36% do seu território sobre um regime de proteção ambiental, sendo de salientar, no sotavento algarvio, o Parque Natural da Ria Formosa e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, na zona central, as Áreas de Paisagem Protegidas Locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola e no barlavento algarvio a Ria de Alvor, incluída na Rede Natura 2000 e o Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano.

Mas a região, que ambiciona ser cada vez mais reconhecida como um território de excelência ambiental, para além destas grandes áreas de vida e biodiversidade, possui um conjunto de outras pequenas zonas costeiras de diversas origens e fisionomias, com relevante riqueza e importância ecológica, que importa proteger e valorizar.

Por essa razão, em 2018, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma iniciativa com o objetivo de proteger e valorizar um conjunto de pequenas zonas húmidas, áreas de sapal, paul, turfeira ou água doce, que ao longo da história por desconhecimento ou incúria foram considerados territórios pobres e marginais, reconhecendo, pelo contrário, a importância central destes ecossistemas para a biodiversidade.

Atento à necessidade de proceder ao estudo, classificação e proteção destas zonas húmidas, o Ministério do Ambiente viria a abrir um aviso, através do Fundo Ambiental, que resultou num estudo levado a efeito pela associação ambientalista Almargem, em colaboração com outras ONG, sobre a caracterização da Foz do Almargem e do Trafal, em Loulé, a Lagoa dos Salgados, em Silves e Albufeira, as Alagoas Brancas, em Lagoa e



do Paul de Lagos, em Lagos. Deste trabalho no terreno resultou um maior conhecimento científico sobre a realidade ambiental destes territórios e diferentes propostas de intervenção.

No que se refere à Foz do Almagem e ao Trafal, onde foram identificadas 137 espécies, com destaque para as aves aquáticas invernantes e migratórias, a Câmara Municipal de Loulé decidiu suspender o Plano Diretor Municipal e aprovar, com o voto contra do PSD, medidas preventivas sobre aquele território, propondo a sua classificação enquanto Reserva Natural Local.

Em relação à Lagoa dos Salgados, que integra uma vasta área, conhecida por Praia Grande, onde ainda se inclui uma outra zona húmida, o Sapal da Ribeira de Alcantarilha e onde foram identificados 12 habitats naturais e seminaturais, 13 espécies de flora RELAPE (raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo de extinção), incluindo um grande povoamento de *Linaria Algarviana*, e de aves com distribuição reduzida ou mesmo ameaçadas de extinção em Portugal, como o colhereiro. Numa década foram identificadas 221 espécies de aves, o equivalente a cerca de 60% do total de espécies registadas em toda a região. O Governo veio propor, através do Ministério do Ambiente, a criação de uma Reserva Natural, a primeira área protegida nacional a ser criada nos últimos 21 anos em Portugal.

Refira-se que entre Lagoa e Albufeira, está ainda prevista a criação de uma outra Reserva Natural, deste feito em espaço marítimo. Ao longo de 94 km², do Farol da Alfanjina à Marina de Albufeira, existe um oásis a 30 metros de profundidade onde foram identificadas 1.294 espécies marinhas, das quais 1.020 invertebrados, 141 vertebrados e 133 espécies de algas e onde se propõe a criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário.

Já em Lagos, a Câmara Municipal vem desenvolvendo há vários anos com o apoio da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, a caracterização e valorização da várzea da ribeira de Bensafrim, onde foram identificadas 210 espécies de avifauna, 32 espécies de mamíferos, 17 espécies de anfíbios e répteis, 37 de borboletas, 373 diferentes plantas vasculares, tendo sido igualmente identificados 9 habitats, um deles prioritário para a conservação. A autarquia já executou e aprovou o Plano de Pormenor, que prevê a criação do Parque Ambiental do Paul de Lagos, projeto a desenvolver numa área de 24,4 hectares, de forma a garantir a melhoria e a diversificação dos habitats existentes e o aumento da biodiversidade daquele território.

Merece ainda referência, em Aljezur, a recente constituição e aprovação pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, da Área Protegida Privada do Vale das Amoreiras. Um bosque autóctone de sobreiros e carvalhos de grande porte onde ao longo de cerca de 10 hectares se podem encontrar algumas espécies raras em Portugal,



como o Carvalho-de-Monchique ou a Senecio Iopezii, planta endémica da Península Ibérica que em Portugal apenas existe no Algarve e que, segundo a Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental, encontra-se em perigo de extinção.

Nesta lista ficou, contudo, mais atrasada a intervenção nas Alagoas Brancas, em Lagoa. Trata-se de uma zona húmida de água doce e carácter sazonal, no concelho de Lagoa, que, não obstante a sua pequena dimensão, o estado de abandono com entulho e lixo e a proximidade de atividades humanas, por estar inserida, segundo o Plano Diretor Municipal, numa zona urbana (ladeado por uma estrada nacional, hipermercados e várias habitações) foram identificadas 114 espécies de aves, 13 espécies de reptéis e 71 espécies de insetos e outros artrópodes.

A proximidade das Alagoas Brancas com importantes locais de alimentação de diversas aves aquáticas, como é o caso dos arrozais de Lagoa, não pode estar dissociada da importância do local, em particular para espécies invernantes, que aproveitam este sítio quando está alagado, sendo de destacar durante o período de inverno a concentração de Íbis-preta que pode representar até 1% da população regional.

Em face das limitações, tanto legais como de degradação, na recuperação deste ecossistema, que do ponto de vista da hierarquia da biodiversidade não é comparável com outras zonas húmidas estudadas e aqui referidas, mas ainda assim, tendo presente a importância das bacias de água doce como locais de nidificação e concentração de aves, bem como de outras espécies, o Município de Lagoa tem mostrado vontade e disponibilidade para recriar, em zona próxima, um habitat mais protegido das atividades humanas e onde seja possível efetuar uma gestão adequada dos caudais de água doce durante todo o ano, de forma a restaurar um ecossistema que proteja as espécies identificadas no local e até potencie a biodiversidade que hoje podemos identificar nas Alagoas Brancas. A intenção, reconhecemos, não recolhe unanimidade, mas parece-nos um caminho que em face das limitações e atuais circunstâncias pode e deve ser estudado e explorado.

Tendo em conta que o próprio ICNF não encontrou razões ambientais para a classificação nacional das Alagoas Brancas, remetendo a sua eventual proteção para decisão de nível local e/ou regional, e atendendo a que as próprias Nações Unidas apontam em determinadas circunstâncias a possibilidade de restaurar e realocar um ecossistema e que essa parece ser a opção da autarquia de Lagoa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista formula o presente conjunto de recomendações de intervenção.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte projeto de resolução:



A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e do apoio a projetos para o setor agrícola:

1. Avance com a institucionalização da Reserva Nacional da Lagoa dos Salgados e da Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário da Pedra do Valado, envolvendo na sua gestão os municípios e os agentes da região (Universidade e ONGs);
2. Apoie, científica e financeiramente, os Municípios de Loulé, Lagoa e Lagos na prossecução da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal, da eventual restauração das Alagoas Brancas e da criação do Parque Ambiental do Paul de Lagos;
3. Consolide o projeto de proteção das pradarias de ervas marinhas, refúgio e habitat dos cavalos-marinhos na Ria Formosa e apoie o projeto de criação em cativeiro desenvolvido pela Universidade do Algarve (CCMar);
4. Apoie a conservação da comunidade de Adelfeirais na Serra de Monchique, relíquia da floresta de laurissilva que ocupou a Península Ibérica em épocas geológicas passadas, quando o clima dominante era tropical;

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2023

As Deputadas e os Deputados,

Luís Graça



Jamila Madeira

Jorge Botelho

Isabel Guerreiro

Francisco Oliveira

Ricardo Pinheiro

Maria da Luz Rosinha

António Monteirinho

Nélson Brito

Raquel Ferreira